



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO
Rua do Acre, 80- sala 604-Centro/Rio Janeiro –CEP: 20.081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/16

Proc. nº TRF2-EOF-2016/0184

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2016/304 de 14.09.2016, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregoão eletrônico, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Resolução nº 9/2005 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 02 de dezembro de 2016	Horário (de Brasília) 14:00h
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Planilha de Formação de Preços da Mão de Obra;
- Anexo III - Modelo de Atestado de Vistoria;
- Anexo IV - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;
- Anexo V - Declaração conforme Res. nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça;
- Anexo VI - Declaração conforme Res. nº 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça;
- Anexo VII - Modelo de Documentos IN 001/2016 do Conselho da Justiça Federal;
- Anexo VIII - Minuta do Contrato Administrativo.



1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, através da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, atendendo, assim, a demanda do TRF 2ª Região, EMARF, CCJF, Seção Judiciária do Rio de Janeiro e Seção Judiciária do Espírito Santo, conforme especificações definidas neste Edital e seu Anexo I - Termo de Referência.

1.1 - O endereço do Tribunal Regional Federal da 2ª Região é Rua Acre, nº 80 - Centro/Rio de Janeiro/RJ.

1.2 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do *site* www.comprasnet.gov.br.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.4 - Não poderão participar deste Pregão:

2.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.4.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.4.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.4.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.4.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;



- 2.4.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- 2.4.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);
- 2.4.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
- 2.4.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
- 2.4.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabelião de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.7 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar no mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XI, art. 30, inciso II e ART. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
 - 2.8.1 - A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura do contrato, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de



mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.2 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo estabelecido na subcondição anterior, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.9 - A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.comprasnet.gov.br. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **VALOR TOTAL ANUAL, conforme Planilhas de Formação de Preços constantes do ANEXO II**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.
- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - **Preços mensal e anual (12 meses)**, com apenas duas casas decimais, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme o modelo de Planilha de Formação de Preços, constante do Anexo II deste edital;
 - 5.6.1 - Planilha detalhada da composição do custo e formação do preço final de cada categoria profissional (remuneração, encargos sociais, insumos, tributos e demais componentes), conforme modelo de planilha constante do Anexo II deste edital;



- 5.6.1.1 - No preenchimento das planilhas, as empresas optantes pelo SIMPLES não poderão beneficiar-se da condição de optante, devendo preencher as planilhas sem considerar o tratamento tributário diferenciado;
- 5.6.2 - O salário normativo, bem como os benefícios vigentes utilizados como base para preenchimento da Proposta Comercial, na data prevista para a abertura da licitação, e deverão atender àqueles estipulados para cada uma das categorias, representadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Município do Rio de Janeiro - STIGMRJ (Oficial Gráfico de Impressão Off-Set e de Montagem e Acabamento) e pelo Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro (Oficial Gráfico de Impressão Digital), haja vista as exigências de qualificação técnica formuladas pelo setor requisitante para esta categoria;
- 5.6.3 - O valor da hora-extra dos profissionais que compõem o efetivo;
- 5.6.3.1 - Os valores de hora extra não integram as Planilhas de Formação de Preços;
- 5.6.3.2 - A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a memória de cálculo das horas-extras;
- 5.6.4 - Os percentuais encontrados na Planilha de Formação de Preços deverão ser preenchidos nos termos da legislação pertinente;
- 5.6.5 - Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizado como base para formulação da proposta;
- 5.6.6 - A incidência tributária e demais encargos e insumos inerentes aos serviços contratados, tais como materiais, equipamentos, licenças, emolumentos, mão de obra, transporte etc., enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços, deverão estar incluídas no preço ofertado;
- 5.7 - **DOS PRAZOS:**
- 5.7.1 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.7.2 - **Prazo de vigência do contrato**, que será de 12 (*doze*) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 II, da lei nº 8.666/93;
- 5.7.3 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7.1 e 5.7.2, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.8 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, no prazo de 2 (*duas*)



horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682, ou do e-mail cpl@trf2.jus.br.

5.8.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.

- 5.9 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.10 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.11 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais;
- 6.2 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.3 - O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.4 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.5 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.6 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.
- 6.7 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado pela Administração ou com preços manifestamente inexequíveis.



7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.1.1 - As licitantes deverão enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual** do objeto desta licitação, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.1.2 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.3 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.
- 7.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.5 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 min (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.5.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.6 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.6.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação às participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.jus.br.
- 7.7 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.



8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.



- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A habilitação da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:
- 9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, **alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.821/2014**).
- 9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - Prova de regularidade relativamente aos débitos trabalhistas, dentro da validade;
- 9.1.6 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.7 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.



- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
- 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.2.2 - DECLARAÇÃO da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, em campo próprio do sistema, que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
 - 9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
 - 9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.
- 9.3 - Apresentar **certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos termos do inciso II do artigo 31 da Lei nº 8.666/93.

9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 9.4.1 - Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
 - 9.4.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha executado serviços gráficos, empregando de mão de obra especializada, com conhecimento de informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, devendo ser expressamente evidenciada a boa qualidade dos serviços prestados.
 - 9.4.1.2 - O Atestado de Capacidade Técnica emitido em outros Estados da Federação deverá ser visado pelo Conselho Regional de Administração (CRA) do Rio de Janeiro, de acordo com o disposto no art. 7º, § 4º da Resolução Normativa CF A nº 179, de 25/04/96.
- 9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.
- 9.6 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.



9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, **contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação**, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7 implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

9.8 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282 - 8016 ou para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.8.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº 067/2016.

10 - DA VISTORIA

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes.

10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;

10.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 horas, e poderão ser agendadas pelo telefone (21) 2282-8508/8889;

10.4 - O endereço da Divisão de Produção Visual - DPROV é Rua Acre, nº 80- 4º andar, sala 405, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

10.5 - **O atestado de vistoria constante do Anexo III** deverá ser preenchido com os dados da empresa e impresso em duas vias, que deverão ser levadas no dia e horário da visita técnica.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa	Valor Estimado Anual
02.061.0569.4257.6013	107.765	33.90.37.01	R\$ 407.313,20

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "homepage" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 12.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 12.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à **Divisão de Contratos, na Rua Dom Gerardo nº46 – 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer as comprovações referidas nos subitens 14.2 e 14.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.

14.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato a ser firmado.

14.6.1 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.

14.6.2 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato.

14.6.3 - A perda da garantia em favor do contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.

14.6.4 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

14.6.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

14.6.6 - A garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato;

14.6.7 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

14.6.8 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia;

14.6.9 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem supracitado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;



14.6.10 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.7 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

14.7.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo VI do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

14.8 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital;

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

14.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

14.10 - O prazo para apresentação das Certidões a que se referem os itens 14.8 e 14.9 será de, no máximo, 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.



14.11 - Para fins de cumprimento do disposto nos itens 14.8 e 14.9 do edital, a empresa deverá providenciar, junto aos funcionários que exercerão funções de chefia, a entrega da Declaração e demais documentos exigidos, na forma do Anexo V e dos demais funcionários que exercerão suas atividades neste Tribunal, a Declaração referente ao Anexo IV do presente Edital, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei nº 8883/94, o objeto da presente será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte maneira:

15.1 - **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

15.2 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

15.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 15.7 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;

15.4 – Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPOG nº 04, de 12/11/2010 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

15.5 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;

15.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.7 - Após a assinatura do contrato, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.



16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;

16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras (Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar), no horário das 12:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, em 02 (duas) vias, acompanhado dos documentos abaixo, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.jus.br:

a) Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos funcionários da Contratada que estejam prestando serviços no Tribunal, em duas vias;

b) Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

c) Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

d) Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

e) Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

f) Comprovantes de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

g) A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;



- 16.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;
- 16.4 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 16.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal;
- 16.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);
- 16.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 16.7 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 16.8 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 16.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.8, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.9- DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

- 16.9.1 - Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:
- 16.9.1.1 - Férias;
- 16.9.1.2 - 1/3 constitucional;
- 16.9.1.3 - 13º Salário;
- 16.9.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- 16.9.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.
- 16.9.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:



Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 4.1 da IN 02/2008 – MPOG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) - Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do art. 17 da Resolução CNJ nº 169/2013.

16.9.3 - Os valores das rubricas indicadas no item 16.9.1 serão glosados do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

16.9.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

16.9.4 – Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

16.9.5 – A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados, da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

16.9.6 – Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o subitem 17.5 do presente Edital.



- 16.9.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.
- 16.9.8 – A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.
- 16.9.9 – A contratada poderá:
- I - solicitar, durante a execução do contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 16.9.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:
 - a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
 - b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este ultimo acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
 - c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.
 - II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências dos órgãos, e que apresente:
 - a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
 - b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;



c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

§ 2º Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

16.9.10 - O pedido da empresa deverá conter, além dos documentos citados no art. 12, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do contrato.

16.9.11 – O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - previsto no item anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 16.9.1.

16.9.12 – O Contratante expedirá autorização de que trata o item 16.9.9, I, depois de confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

16.9.13 - Todos os termos da Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução nº183/2013, de 24/10/2013, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

17 – DA REPACTUAÇÃO

17.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

17.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de



trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

17.1.1.1 - Os preços da mão de obra serão repactuados em decorrência de alterações nas Convenções ou Acordos Coletivos, ou na legislação trabalhista e previdenciária;

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

17.1.1.2 - Os preços dos materiais serão reajustados de acordo com a variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexados que a legislação determinar.

17.2 - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

17.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

17.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

17.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:

17.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;

17.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;

17.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

17.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

17.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;



17.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.

17.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

17.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:

17.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

17.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;

17.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

17.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18 - DAS PENALIDADES

18.1 - A Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

18.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:

a) Advertência;

b) Multa;



- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
 - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:
- 18.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:
 - a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
 - b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
 - c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.
- 18.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 18.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.
- 18.6 - Caso as multas previstas nos subitens 18.4 e 18.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.
- 18.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.
- 18.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.
- 18.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- 18.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.
- 18.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à adjudicatária, na forma da lei.
- 18.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.



19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 19.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: **www.trf2.gov.br**, opção "**Licitações e Contas / Licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 19.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 19.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 19.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 19.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 19.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, sexta-feira, 18 de novembro de 2016

Francisco Luís Duarte
Pregoeiro

A N E X O I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/16
Proc. TRF2-EOF-2016/0184

1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, através da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, atendendo, assim, a demanda do TRF 2ª Região, EMARF, CCJF, Seção Judiciária do Rio de Janeiro e Seção Judiciária do Espírito Santo.

1.1 - DO EFETIVO:

ITEM	PRESTADORES DE SERVIÇO	SIASG	QUANTITATIVO
01	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO <i>OFFSET</i>	24511	02
02	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	24511	02
03	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	24511	01
TOTAL			05

2 - DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

2.1 – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO *OFFSET*:

2.1.1 - Perfil profissional: impressor de máquina offset com experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.1.2 de, no mínimo, 06 (*seis*) meses.

2.1.2 – Das atribuições:

2.1.2.1 - Efetuar a impressão de publicações e impressos, através de equipamento *offset* (*HEIDELBERG GTO 52 MONOCOLOR E QUATRO CORES*), inclusive em policromia, sempre observando os perfis de cores previamente definidos na arte final;

2.1.2.2 - Gerar chapas offset em sistema informatizado CTP (computer to plate);

2.1.2.3 - Lubrificar e regular os componentes mecânicos dos equipamentos off-set, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;

2.1.2.4 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;



2.1.2.5 - Desempenhar quaisquer outras atividades indicadas pelo Contratante.

2.2 – OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO:

2.2.1 - Perfil profissional: experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.2.2 de, no mínimo, 06 (*seis*) meses.

2.2.2 – Das atribuições:

2.2.2.1 - Operar guilhotina elétrica para corte de papéis em formatos padronizados;

2.2.2.2 - Picotar, serrilhar, vincar e refilar impressos;

2.2.2.3 - Alcear e grampear folhas;

2.2.2.4 - Realizar o acabamento de publicações em espiral e wire-o;

2.2.2.5 - Montar blocos;

2.2.2.6 - Colar capas ao miolo de publicações;

2.2.2.7 – Lubrificar e regular os equipamentos inerentes ao seu serviço, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;

2.2.2.8 - Realizar o acabamento de *banners*;

2.2.2.9 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;

2.2.2.10 - Desempenhar quaisquer outras atividades indicadas pelo Contratante.

2.3 – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL:

2.3.1 - Perfil profissional: formação de nível superior (Tecnólogo ou curso Sequencial) na área de informática ou design gráfico e experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.3.2 de, no mínimo, 06 (*seis*) meses., excetuando-se o período de estágio.

2.3.2 – Das atribuições:

2.3.2.1- Domínio de impressões em equipamentos digitais, de quaisquer características técnicas, tais como: impressora a laser (PB e colorida); fotocopiadora (PB e colorida); plotter de impressão de pequenos e grandes formatos; plotter de recorte, impressora de crachás, impressora a jato de tinta e SISTEMA CTP (Computer to Plate de geração de chapas offset);



2.3.2.2– Realizar acabamento de banners;

2.3.2.3– Aplicar recortes em vinil;

2.3.2.4– Domínio em manutenção dos referidos equipamentos, no que diz respeito à reposição de tinta, papel, vinil, filme adesivo, PVC e peças de uso comum, que não requeiram preparo técnico específico;

2.3.2.5 - Conhecimento em promover saídas de impressão através de ambiente em rede;

2.3.2.6 - Conhecimentos em programas específicos, como Corel Draw, In Design, Ilustrador, e de uso geral, como Word, Excel, PowerPoint e Access;

2.3.2.7 - Conhecimento em programas aplicativos citados sobre o ambiente operacional Windows conectado em rede local;

2.4.2.8 – Domínio dos padrões técnicos utilizados em gráficas, tais como: escala de cores; características de papéis; nomenclaturas aplicadas no ramo gráfico e outros inerentes a essa natureza;

2.3.2.9 – Domínio dos procedimentos de gerenciamento e calibração de cores nos diversos periféricos de entrada e saída (monitor de vídeo, impressoras);

2.3.2.10 – Domínio de software gerador de crachá em PVC;

2.3.2.11 – Lubrificar, regular e calibrar os equipamentos inerentes ao seu serviço, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;

2.3.2.12 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;

2.3.2.13 - Desempenhar quaisquer outras atividades indicadas pelo Contratante.

3 – DO PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1 – A seleção dos prestadores de serviços será feita pela empresa contratada de acordo com os critérios estabelecidos no Item 2. Os candidatos aprovados deverão ser submetidos, pela empresa prestadora de serviços, à avaliação psicotécnica baseada no levantamento do perfil da vaga, a ser realizado mediante contato com o setor solicitante;



3.2 – Após seleção da contratada os prestadores de serviços passarão por um teste de aferição de conhecimentos específicos e entrevista com a direção da DPROV para apresentação de currículo e aprovação final;

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 - A execução dos serviços será supervisionada pela Divisão de Produção Visual – DPROV;

4.2 - A jornada de trabalho será de 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, preferencialmente das 10:00h às 19:00h, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço;

4.3 - Nos dias em que houver maior demanda de serviço, a carga horária poderá, a critério do Contratante, ser acrescida de horas suplementares, gerando assim o direito ao banco de horas ou à percepção do pagamento de horas-extras proporcionais;

4.4 - A Contratada deverá, sempre que solicitada, providenciar a reposição do profissional que porventura estiver impedido, temporariamente, de comparecer ao local da prestação do serviço;

4.5 - A Contratada deverá promover a substituição do profissional que estiver impedido, definitivamente, de comparecer ao local de trabalho ou que não apresente, na prática, o perfil desejado ou não corresponda ao nível de produção necessário, segundo avaliação do gestor do Contrato.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

5.2 - Selecionar profissionais especializados para a execução dos serviços, com vista a obtermos excelente nível de qualidade dos mesmos;

5.3 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

5.4 - Permitir que seus empregados sejam vistoriados pela Segurança Interna, caso venham a trabalhar nas dependências deste E. Tribunal;

5.5 - Afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da fiscalização, causar embaraço à boa execução do serviço;

5.6 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no TRF-2ª Região, estarão sujeitos a suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o TRF-2ª.Região, pois que manterão Contrato de trabalho com a Contratada, cabendo, exclusivamente, a esta responder pelos encargos trabalhistas previdenciários e fiscais resultantes da execução do presente Contrato;

5.7 - Manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo, sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação;

5.8 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato;

5.9 - Permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante;

5.10 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para este;

5.11 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6 – Acordo de Nível de Serviços

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor mensal do contrato a cada 06 ocorrências
2	1,0% sobre o valor mensal do contrato a cada 06 ocorrências
3	1,5% sobre o valor mensal do contrato a cada 06 ocorrências
4	2,0% sobre o valor mensal do contrato a cada 06 ocorrências
5	3,5% sobre o valor mensal do contrato a cada 06 ocorrências

Tabela 02			
ITEM	INFRAÇÃO	UNIDADE	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico ou lesão corporal	Por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	Por dia e por tarefa designada	5
3	Recusar-se a executar serviços constantes do termo contratual, sem motivo justificado	Por ocorrência	3
4	Retirar do TRF quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem a devida autorização prévia do responsável	Por ocorrência	5
5	Destruir ou danificar equipamentos por culpa ou dolo de seus agentes	Por ocorrência	5
6	Fornecer informação falsa de serviço	Por ocorrência	3
7	Utilizar as dependências, insumos e maquinário da contratante para fins diversos do objeto do contrato	Por funcionário e por dia	5



8	Deixar de fornecer uniformes e EPIS (Equipamentos de Proteção Individual) em quantidade suficiente	Por ocorrência e por dia	3
9	Deixar de fiscalizar os funcionários, permitindo a presença de empregados com má apresentação (sem uniforme, com uniforme manchado ou sujo etc) e sem EPI (Equipamento de Proteção Individual)	Por ocorrência e por dia	3
10	Retirar funcionários em serviço no TRF durante o expediente sem anuência prévia do Contrante	Por ocorrência e por dia	3
11	Deixar de enviar substituto qualificado temporária ou definitivamente, na ausência do titular, quando solicitado pela contratante, dentro dos prazos estipulados no contrato	Por ocorrência e por dia	4
12	Deixar de efetuar o pagamento de salários, valetransporte, vales-alimentação ou quaisquer outros benefícios, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato e nas datas avençadas	Por ocorrência e por dia	5
13	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	Por funcionário e por dia	3
14	Deixar de entregar esclarecimentos e/ou documentos formais para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação	Por ocorrência e por dia	2
15	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do Órgão fiscalizador	Por ocorrência	2
16	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo Órgão fiscalizador	Por item e por ocorrência	4

ANEXO II

Modelos de Planilhas de Formação de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/16

Proc. TRF2-EOF-2016/0184

1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, através da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, atendendo, assim, a demanda do TRF 2ª Região, EMARF, CCJF, Seção Judiciária do Rio de Janeiro e Seção Judiciária do Espírito Santo.

2 – PLANILHAS DE PREÇOS:

2.1 - ITEM 01 – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Efetivo		02
Módulo 01 - Composição da Remuneração		
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET		
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora Noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
G	Intervalo interjornada	
H	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		
Módulo 02 - Benefícios mensais e diários:		
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		
Módulo 03 - Insumos Diversos		
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		VALOR (R\$)



A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	EPI		
E	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		PERCENTUAL (%)	VALOR R\$
A	INSS	20,00	
B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário educação	2,50	
F	FGTS	8,00	
G	Risco Ambiental do Trabalho	3,00	
H	SEBRAE	0,60	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		36,80	
Submódulo 4.2 - 13º Salário		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal:		12,12	
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,46	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		16,58	
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		0,04	
Submódulo 4.4 - Rescisão		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,71	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS – rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		7,47	
Submódulo 4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)		



Subtotal:		11,62	
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,27	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		15,89	
Quadro Resumo - Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	36,80	
4.2	13º salário + adicional de férias	16,58	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo da rescisão	7,47	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,89	
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		76,78	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 - Custos Indiretos, tributos e lucro			
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Tributos		
	B1. PIS		
	B2. COFINS		
	B3. ISS	5,00	
C	Lucro	6,79	
TOTAL			

TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET	
Descrição	PREÇO (R\$)
I - Composição da Remuneração	
II - Benefícios Mensais e Diários	
III - Insumos Diversos	
IV - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (I+II+III+IV)	
V - Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO:	



2.2 - ITEM 02 – OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
		Efetivo	02
Módulo 01 - Composição da Remuneração			
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base		
B	Adicional de periculosidade		
C	Adicional de insalubridade		
D	Adicional noturno		
E	Hora Noturna adicional		
F	Adicional de hora extra		
G	Intervalo interjornada		
H	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 02 - Benefícios mensais e diários:			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)		
C	Assistência médica e familiar		
D	Auxílio creche		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
F	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 03 - Insumos Diversos			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			VALOR (R\$)
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	EPI		
E	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		PERCENTUAL (%)	VALOR R\$
A	INSS	20,00	
B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário educação	2,50	
F	FGTS	8,00	
G	Risco Ambiental do Trabalho	3,00	
H	SEBRAE	0,60	

TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		36,80	
Submódulo 4.2 - 13º Salário		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal:		12,12	
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,46	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		16,58	
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		0,04	
Submódulo 4.4 - Rescisão		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,71	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS – rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		7,47	
Submódulo 4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)		
Subtotal:		11,62	
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,27	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		15,89	
Quadro Resumo - Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	36,80	
4.2	13º salário + adicional de férias	16,58	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo da rescisão	7,47	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,89	
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		76,78	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 - Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Custos indiretos		



B	Tributos		
	B1. PIS		
	B2. COFINS		
	B3. ISS	5,00	
C	Lucro	6,79	
TOTAL			

TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	
Descrição	PREÇO (R\$)
I - Composição da Remuneração	
II - Benefícios Mensais e Diários	
III - Insumos Diversos	
IV - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (I+II+III+IV)	
V - Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO:	

2.3 - ITEM 03 – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
	Efetivo	02
Módulo 01 - Composição da Remuneração		
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL		
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora Noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
G	Intervalo interjornada	
H	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		
Módulo 02 - Benefícios mensais e diários:		
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		
Módulo 03 - Insumos Diversos		



COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			VALOR (R\$)
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	EPI		
E	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		PERCENTUAL (%)	VALOR R\$
A	INSS	20,00	
B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário educação	2,50	
F	FGTS	8,00	
G	Risco Ambiental do Trabalho	3,00	
H	SEBRAE	0,60	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		36,80	
Submódulo 4.2 - 13º Salário		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal:		12,12	
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,46	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		16,58	
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		0,04	
Submódulo 4.4 - Rescisão		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,71	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS – rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		7,47	
Submódulo 4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,03	



F	Outros (especificar)		
Subtotal:		11,62	
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,27	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		15,89	
Quadro Resumo - Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	36,80	
4.2	13º salário + adicional de férias	16,58	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo da rescisão	7,47	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,89	
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		76,78	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 - Custos Indiretos, tributos e lucro			
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Tributos		
	B1. PIS		
	B2. COFINS		
	B3. ISS	5,00	
C	Lucro	6,79	
TOTAL			

TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	
Descrição	PREÇO (R\$)
I - Composição da Remuneração	
II - Benefícios Mensais e Diários	
III - Insumos Diversos	
IV - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (I+II+III+IV)	
V - Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO:	

2.4 – Planilha Totalizadora:

TOTAIS (ITEM 01 + ITEM 02 + ITEM 03)				
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET	02		
02	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	02		
03	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	01		
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO:				
VALOR GLOBAL DO CONTRATO:				



2.5 - Hora extra para cada profissional:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
		50%	100%
01	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET		
02	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO		
03	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL		

3 – CONDIÇÕES GERAIS:

- 3.1 - Os valores referentes às horas extras não integram a planilha totalizadora do preço da mão de obra.
- 3.2 – A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a memória de cálculo das horas-extras.
- 3.3 - A remuneração mínima deverá corresponder ao salário normativo da Convenção Coletiva firmada pelo Sindicato representativo de cada categoria profissional (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Município do Rio de Janeiro - STIGMRJ - Oficial Gráfico de Impressão Off-Set e Oficial Gráfico de Montagem e Acabamento e Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro - Oficial Gráfico de Impressão Digital), vigente na data prevista para a abertura desta licitação.
- 3.4 - Utilizar a base de cálculo indicada pela IN 02/2008 MPOG, alt. pela IN 06-13, para os percentuais utilizados para Despesas Administrativas e Lucro:
- 3.4.1 - Percentual do Lucro = $\text{Lucro} / (\text{Pessoal} + \text{Encargos} + \text{Insumos} + \text{Despesas Administrativas e Operacionais})$;
- 3.4.2 - Percentual de Despesas Administrativas e Operacionais = $\text{Despesas Adm e Operacionais} / (\text{Pessoal} + \text{Encargos} + \text{Insumos})$;
- 3.5 – Visando à conferência da planilha pelo setor de Contabilidade de TRF2, anexar:
- 3.5.1 - Cópia da GFIP, onde conste o código do FPAS e o percentual do SAT/RAT;
- 3.5.2 - Cópia do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho atualizados;
- 3.5.3 - Memória de Cálculo de todos os INSUMOS;
- 3.6 - No preenchimento das planilhas as empresas optantes pelo SIMPLES não poderão beneficiar-se da condição de optante, devendo preencher as planilhas sem considerar o tratamento tributário diferenciado.